



## POLÍTICAS E MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS DE DIREITO<sup>1</sup>

LIMA, Josélia Barroso Queiroz<sup>2</sup>; NOBRE, Rayane Silva<sup>3</sup>; SULZBACHER, Aline Weber<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Professora Adjunta da UFVJM/ DIAMANTINA, MG. [joseliabqlima@gmail.com](mailto:joseliabqlima@gmail.com);

<sup>2</sup> Bolsista de Pesquisa da UFVJM/[rayanenobre1000@gmail.com](mailto:rayanenobre1000@gmail.com);

<sup>3</sup> Professora Adjunta da UFVJM/ [aline.weber@ufvjm.edu.br](mailto:aline.weber@ufvjm.edu.br).

### RESUMO

As políticas públicas do último decênio contribuíram para a mobilidade política e social de mulheres do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais - Brasil. Mobilidade é política, refere-se ao trânsito entre o espaço privado e o espaço público. Problematiza papéis sociais históricos: o privado é domínio da mulher/do feminino; o público, domínio do homem, das relações de poder baseadas na masculinidade. Mobilidade social implica qualidade de vida, a possibilidade de acesso a bens duráveis e de consumo e aos espaços de formação. Estes resultam em ação política coletiva, rompem o silêncio histórico de participação das mulheres em espaços públicos. Mas políticas públicas por si só não são suficientes para desencadear processos de transformação social. Elas são fundamentais, estruturantes, criam condições, permitindo que indivíduos se reconheçam como sujeitos de direitos. Neste artigo, analisamos, discutimos condições criadas pelas políticas públicas acessadas por mulheres no Vale do Jequitinhonha e sua relação com o capital social.

**Palavras-chave:** Mundo Rural, Políticas Públicas, Violência.

### INTRODUÇÃO

#### Conjunturas: diálogos entre a realidade e a pesquisa

O tema das políticas públicas e mulheres no vale do Rio Jequitinhonha mineiro tem sido objeto de pesquisa e reflexão nos projetos "Mulheres do Vale do Jequitinhonha e políticas públicas: trajetórias que se articulam" (março de 2017 até março de 2018), e "As Mulheres do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri e as Políticas Públicas"(março 2018 à março 2019), ambos com caráter de iniciação científica, via bolsa discente, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)<sup>1</sup> na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

O eixo das pesquisas investiga como as políticas públicas do último decênio contribuíram para a mobilidade política, social e subjetiva de várias mulheres do Vale do Jequitinhonha. A pergunta e a hipótese de que as políticas públicas impactaram social e subjetivamente na trajetória formativa das mulheres do Vale do Jequitinhonha, nasceu do ato público ocorrido em 2016<sup>2</sup>, quando a UFVJM, em audiência pública, realizada em Diamantina, compôs uma mesa de discussão sobre a universidade pública, no processo de inclusão e transformação social dos vales do rio Jequitinhonha e do rio Mucuri.

O percurso investigativo fundamentado na abordagem qualitativa, a partir de ferramentas metodológicas como a pesquisa de campo/ visita técnica e participação em eventos na região, realizou

---

<sup>1</sup> Artigo resultado de Pesquisa em Desenvolvimento junto a UFVM.

<sup>2</sup> Em 06 de dezembro de 2016, discutiram-se os impactos do Projeto de Emenda a Constituição nº 55, atual Emenda 95/2016.



entrevistas com mulheres norteadas em história oral<sup>3</sup>. Priorizando a interação pesquisador e sujeitos, entendemos que a produção de conhecimento requer múltiplos e diferentes recursos metodológicos, que não esgota a complexidade do estudado, na pesquisa qualitativa, porém aspectos quantitativos podem ser considerados (BARDIN, 2011; DEMO, 1998).

Em 2017, realizou-se visita técnica, ao modo de pesquisa exploratória, a algumas comunidades e agências mediadoras no vale do Rio Jequitinhonha mineiro. Além das instituições governamentais, há grande relevância política e social das organizações da sociedade civil (associações, organizações não governamentais etc.), pois mediam o acesso às políticas públicas pela população. Dentre as agências mediadoras, há a atuação da Igreja Católica, em suas diferentes vertentes, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Cáritas ou agências com vinculação cristã como a ONG Visão Mundial.

Em 2018, participamos de espaços de mobilização e formação das mulheres, destacando aqui o Festivale da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha (FESTIVALE)<sup>4</sup> e o VII Fórum das Mulheres do Vale. Por eles, percebemos o acesso às políticas públicas, a mobilidade social, profissional e subjetiva das mulheres.

A inserção no cotidiano do Vale e dos movimentos sociais foi imprescindível para que pudéssemos divulgar a pesquisa e fazer contato com as mulheres entrevistadas. Qualitativamente, ouvi-las se fez ferramenta de investigação e de produção de conhecimento. Ciente que as relações e a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres são marcas societárias que se intensificam em cenários marcadamente rurais, entendemos necessário romper com o silêncio que edifica as relações patriarcais. Nesse sentido, as mulheres aceitaram dar publicidade aos seus nomes e histórias, rompendo o silêncio, assumindo o lugar de fala.

A perspectiva da história de vida, elemento de construção mnemônica da materialidade historiográfica, possibilitou às entrevistadas, narrar as memórias, revisar, situar nos cenários e contextos vividos as mudanças políticas, sociais e pessoais. Diferentes mulheres, artesãs, camponesas, indígenas, apanhadoras de flores, quilombolas, sendo ou não lideranças de movimentos sociais, contam suas trajetórias sociais e como percebem a(s) função(s) das políticas públicas em suas histórias individuais, profissionais, subjetivas e familiares.

Nas narrativas, as percepções dos papéis sociais/sexuais desiguais vividos, e em processo de transformação, ganham imagem, conteúdo e forma, rompendo os silêncios que permitiram a invisibilidade da mulher como sujeito social e político. Nelas reconhecem a marca cultural da subordinação patriarcal, a violência simbólica e física das relações sociais. Evidencia-se, nos relatos, a percepção da necessidade do enfrentamento político na manutenção dos direitos recentemente conquistados. Enfrentar a desigualdade e a divisão sexual de gêneros unifica as lutas pessoais e sociais. Reconhecem a força e resistência das mulheres,

---

<sup>3</sup> Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com humanos da UFVJM. Registro CEP/UFVJM nº. 2.655.206 de 15 de Maio de 2018.

<sup>4</sup> Em 2018 houve a 35ª edição do FESTIVALE, organizado pela Federação das Entidades de Cultura e Arte do Vale do Jequitinhonha (FECAJE).



a diversidade social e cultural, formas de sobrevivências, com as quais as mulheres aprenderam significar o existir, sendo a riqueza do Vale do Jequitinhonha.

O período de 2005 a 2015<sup>5</sup> é nosso recorte temporal. Neste, o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores. As políticas afirmativas de inclusão social previstas na Constituição Federal de 1988 tiveram significativa atenção. Não obstante, a ideologia e a política neoliberal foram mantidas. Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef garantiram políticas públicas que contribuíram para minimizar algumas desigualdades sociais estruturais (como a miséria e a fome). Em 2015, iniciou-se o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, e com ele, o processo de retração da atuação do Estado com brusca redução de investimentos ou, mesmo, de extinção de setores vinculados às demandas sociais.

Dentre as políticas públicas estruturantes, destacamos a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) implantados em todo o país, garantindo as famílias em vulnerabilidade social o direito e acesso ao Programa Bolsa Família. O SUAS profissionaliza a assistência social, distanciando-se da perspectiva assistencialista e de caridade que, historicamente, constituiu a assistência social aos pobres, via Igreja Católica (CISNE, 2015).

Neste artigo, portanto, discutiremos as condições criadas pelas políticas públicas, acessadas por mulheres do campo no Vale do Jequitinhonha, analisando como elas têm relação com o capital social.

### **O Rio Jequitinhonha, são muitos os Vales, são diferentes as lutas.**

*Jequitinhonha, Braço do Mar / Leve esse canto pra navegar / Traz do garimpo pedra que brilha /  
Mais que a luz do luar / Jequitinhonha, Jequitibarro / Mete essa unha tira da terra / Vida talhada com as  
mãos.<sup>6</sup>*

O Vale do Jequitinhonha, histórico e geograficamente, é caracterizado pela diversidade paisagística, ocupação histórica e de trajetórias sociais. Conforme Souza (2003, p. 02), “Essa vasta região é diversificada tanto pelo longo processo histórico de ocupação quanto pela diversidade de atividades que predominaram em cada lugar”. Atualmente, “há predomínio da atividade mineradora no alto Jequitinhonha, predomínio da pecuária no baixo Jequitinhonha e uma atividade mista na região intermediária”. Apresenta uma população de 980 mil habitantes onde mais de dois terços dela vive na zona rural. Do ponto de vista administrativo e político, o Vale tem 75 municípios organizados nas sub-regiões denominadas por “Alto”, “Médio” e “Baixo” Jequitinhonha (PORTAL POLO JEQUITINHONHA, 2016).

---

<sup>5</sup> As políticas afirmativas visam reverter séculos de desigualdades sociais. O Vale do Jequitinhonha acessou políticas como Saúde, Assistência Social e Educação. A criação da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri resulta desse processo.

<sup>6</sup> Música “Jequitinhonha” de Paulinho Pedra Azul, artista do Vale do Jequitinhonha. Na cultura, nas artes a contraposição ao estigma da pobreza e da miséria que tem significado o Vale. Significado que silencia a riqueza cultural, por um lado e por outro, oculta como coletivos (ARROYO, 2010) foram mantidos excluídos e feitos desiguais pelo Estado Brasileiro. São os coletivos: índios, negros quilombolas e mulheres.

Utilizamos como referência a região que compreende a bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, em sua porção mineira (localizada no estado de Minas Gerais, Brasil) conhecido como “Vale do Jequitinhonha”, conforme recorte apresentado na Figura 01.



**Figura 01 – Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha mineiro**

Fontes: <https://maps-for-free.com/>

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais\\_Meso\\_Jequitinhonha.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Meso_Jequitinhonha.svg)

O Vale do Jequitinhonha tem conflitos territoriais históricos, sobretudo, após a ocupação via colonização empreendida pela Coroa Portuguesa (séculos XVI a XVIII), cujos processos seguiram ao longo do século XIX e se intensificaram no século XX. Como contraponto, há intensificação das resistências e da luta pela permanência especialmente das comunidades tradicionais frente a um modelo de desenvolvimento excludente e vinculado ao capital internacional. Assim, tem-se a importância dos movimentos sociais e outras organizações sociais, com suas inserções nos espaços políticos apresentando suas demandas, suas reivindicações e denunciando as formas com que instituições e empresas “aproximam-se” das comunidades.

Na disputa e na luta pelo pertencimento territorial e social, as mulheres colocam em discussão as representações popularizadas via mídia, os adjetivos como “vale da miséria/pobreza”. A região predominantemente rural, com maior produção no setor primário, é ainda caracterizada a partir dos indicadores socioeconômicos. O baixo índice de desenvolvimento regional, cujas médias estavam muito abaixo em relação ao Estado e ao país, sobretudo na década de 80 do século XX, disseminou a ideia de região rural estagnada e produziu um discurso que presentifica o “paroxismo da pobreza” (RIBEIRO et al., 2007). Este fez crescer políticas desenvolvimentistas voltadas para o Vale.

Não obstante, a lógica e o discurso desenvolvimentista progressista oculta relações de poder que silenciam os coletivos sociais, seus saberes e seus modos de vida, impondo sobre eles proibições, restrições e formas de significação que os reduzem a dados e indicadores sociais, sem considerá-los como sujeitos sociais de direito. A compreensão das estratégias discursivas/ideológicas e das lutas sociais que devem

travar, coletivamente, levam as mulheres a resignificar as experiências de sociabilidade vividas com os seus pares e familiares, reconhecendo na tradição a força e a identidade social com as quais questionam os discursos de miséria e pobreza. Neste discurso, percebem que o esvaziamento dos valores, saberes e modos de vida aprendidos são diferentes nuances da violência. O reducionismo discursivo é uma violência simbólica, que acaba por legitimar e justificar a violência física vivida na implantação de algumas políticas públicas<sup>7</sup> que nem sempre atendem aos interesses sociais dos povos tradicionais do Vale. Isto as permite ver e denunciar os interesses políticos, sociais e econômicos de grupos e instituições que veiculam e alimentam tais discursos.

### As narrativas

*A vida, o pensamento e as ações das pessoas e os relatos que delas se fazem ao longo do tempo são simultaneamente produtos e produtores de uma época histórica, de seus valores, de suas práticas, de seus êxitos e fracassos. Eles são propriedades coletivas, marcas de uma civilização, e precisam ser livres para cumprirem seu papel social (CARVALHO: 2017, p. 277).*

Das narrativas destacamos três categorias de análise dos conteúdos: o ser mulher, a função da educação e o olhar sobre o Vale. As mulheres optaram por realizar as entrevistas durante a realização do Festival em Felisburgo/MG, do Fórum de Mulheres do Vale em Diamantina e outras com agendamentos prévios. Três diferentes mulheres, trajetórias, etnias, faixas etárias (20,30,60 anos), formação histórico e cultural, mas nascidas, criadas e pertencentes ao Vale do Jequitinhonha. Na temporalidade discursiva resgatam as mudanças que levaram ao questionamento, ao enfrentamento e ao empoderamento cotidiano. Dizem dos ganhos das lutas sociais e políticas, se reconhecem em processo e apontam para a perspectiva da resistência política, coletiva e pessoal que entendem ser estratégia de enfrentamento político no momento em que o Brasil vive a perda de direitos sociais e retrocede em conservadorismo que retroalimenta a sociedade patriarcal, racista, sexista e colonial, nosso inconsciente cultural.

Os discursos revelam as sociabilidades aprendidas, reproduzem as divisões sexuais de trabalho e dos significados patriarcais, que tem no Vale e na vida dessas mulheres uma forte presença, inclusive de validação e reconhecimento social:

[...]E hoje, eu sou artesã e sou o que eu queria ser desde pequena, eu sou o que nas minhas lembranças de quando eu tinha 2 anos eu me lembrava vagamente o meu pai com as panelinhas me ensinando a cozinhar e me falando que um dia eu ia cozinhar, um dia eu iria virar uma moça que ia casar e cozinhar. Hoje eu fico feliz em saber que eu sei fazer panelinha, eu sei cozinhar, mas eu não precisei me casar pra saber, eu não precisei me tornar mulher dentro de uma casa como uma esposa com uma

---

<sup>7</sup> Conforme Maria de Fátima Alves/Tatinha (apanhadora de flores, mestre em química, 39 anos), na implantação do Parque Nacional de Sempre Vivas em São Domingos, São João da Chapada em Diamantina (Minas Gerais), na região do Alto Vale, a violência física e simbólica vivida pelos Apanhadores de Flores os levou a se organizarem enquanto "Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX). Ver :<https://www.facebook.com/Codecex-Comiss%C3%A3o-em-Defesa-dos-Direitos-das-Comunidades-Extrativistas-379120435631209/>



**penca de filhos debaixo do braço.** [...]eu sou quase uma ovelha negra dentro da minha família porque eu tenho uma mentalidade mais aflorada, eles ainda têm aquela mentalidade machista não que isso seja ruim, eu acho que muitas famílias foram criadas assim. (Monica Ferreira, 22 anos, Artesã, Minas Novas-MG - grifos nossos).

[...]o dinheiro é só meu, eu também moro sozinha, não tenho companheiro, nunca casei, **até já tive um companheiro, uma vida a dois, mas pelo fato de não achar certo eu ter que seguir o que os outros querem pra minha vida, eu fui meia prisioneira mesmo, tava quase como uma escrava, ai eu fui a luta. Ai, depois deu ir à luta, o companheiro achou que não deveria viver e tentou me matar**, mas só quem pode dar o direito de tirar a vida é Deus, então Deus me deu o direito de viver, e agora estou aqui. Teimosa, mas eu não sou teimosa de prejudicar os outros. (Inagmar, 60 anos Produtora Rural e Artesã, Itinga-MG - grifos nossos).

O patriarcado como sistema social, edificado na diferenciação sexual entre homens e mulheres, constrói a hierarquia social e a subordinação entre os sujeitos sociais. Como sistema de valor, o patriarcado é muito anterior ao modo de produção capitalista (FEDERICI, 2017). No entanto, nesse modo de produção, ganha formas e modos de resignificação que não mais se apoiam nos discursos religiosos, mas também nos discursos científicos, filosóficos e midiáticos reproduzindo simbolismos que, naturalizados, não são mais percebidos como socialmente construídos (TIBURI,2018; CISNE, 2015; FEDERICI, 2017). Afinal,

[...] a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural **permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho”** e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres. Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos. (FEDERICI, 2017, p. 277 – grifos nossos).

Nos relatos, o antagonismo, a inferioridade e a desigualdade entre homens e mulheres se evidenciam. Reportando à infância, as relações com os pais, com o cotidiano da família ao prover o sustento, as condições sociais e econômicas que retratam as épocas históricas, elas não apenas apontam para suas memórias, mas para os condicionantes históricos e as práticas sociais, evocam os costumes que sustentavam e ainda sustentam os papéis sociais. Os papéis sociais reproduzem valores e regras que dizem das histórias dos coletivos, revelam modos de pensar e valores que produzem subjetividades e dizem da memória social. (LANE, 1989). Distanciadas da infância, e analisando as trajetórias que as permitiram superar costumes aprendidos, reportam as mudanças, e podem refletir sobre a desigualdade e a divisão sexual vividas, levando-as a construir outras e novas relações diferentes das de seus pais e/ou familiares. Afirmam-se, portanto, como sujeitos históricos, construindo outras trajetórias sociais.

Minha bisavó fazia panela, minha avó fazia panela, minha mãe fazia panela, minhas tias fazem panela, [...], quando eu cheguei aqui no Vale eu encantei e é isso que eu sei fazer hoje. **Não tenho a intenção de parar por agora, pois consigo me manter com meu trabalho. Hoje eu não dependo de um casamento, não dependo do meu pai, eu dependo de mim e do que eu sei fazer!** (Monica Ferreira, Artesã,



Minas Novas-MG - grifos nossos).

Eu tenho três filhas, da primeira união e a outra da segunda união[...] quando eu separei tava bem miudinha. **Ai o marido depois que separei dele ele quis voltar, mas eu não quis, porque já tinha acostumado que sem ele a vida ia dar certo pra mim, eu achei assim, se eu tinha sobrevivido 11 meses sozinha, daí pra frente eu iria continuar.** (Inagmar, Produtora Rural e Artesã, Itinga-MG - grifos nossos).

[...] a mulher ela tem uma força tremenda, porém tem que reconhecer isto!!! **Eu vejo a mulher como o esteio da casa, a gente cresce convivendo com isto e tinha uma coisa que sempre me incomodou lá em casa, porque lá em casa são oito mulheres e três homens. Então assim, serviço de casa...serviço de mulher!!! E como tinham muitas mulheres, os homens não faziam NADA. Mas eu via lá nos campos... e isto se estendia a todas as outras famílias.** E a gente foi percebendo. E isto me incomodou muito na minha infância, era mãe que levantava cedo e fazia o café, enquanto pai tava dormindo ainda. Então esse machismo ele é muito forte (Tatinha, 39 anos, apanhadora de flores, mestre em química, Diamantina-MG grifos nossos)

Nas imersões feitas durante o 35º Festivale/2018 e no VII Fórum de Mulheres do Vale, ampliamos as aprendizagens percebendo os espaços formativos, coletivos, as trocas que mobilizam e promovem o capital social dos participantes. O FESTIVALE e o Fórum das Mulheres do Vale foram referência, sendo dois eventos nos quais as comunidades tradicionais participam. Neles as formações e discussões político-sociais se intensificam, “somam-se” os saberes, a cultura popular e a educação informal promovem outros encontros. Ressalta-se que o contingenciamento dos investimentos públicos em pesquisa, política neoliberal que o atual governo impõe às universidades públicas brasileiras, contribuiu para a escolha desses espaços, garantindo condições de realizar a investigação à pesquisa.

O FESTIVALE objetiva divulgar, disseminar, promover e fomentar a cultura do e no Vale do Jequitinhonha. Nascido nos anos 1980, através de filhos do Vale, estudantes na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sediada em Belo Horizonte (MG), foi pensado e promovido, anualmente, como estratégia de luta política. Nele, tem-se a percepção da desigualdade histórica que imprimiu ao Vale a situação de pobreza, instrumento de manutenção do clientelismo e do coronelismo<sup>8</sup> político que permitia aos políticos conservadores leiloar o Vale e garantir a manutenção de seus “currais” eleitorais. Se não era pela via das armas que a luta seria possível, seria por via da educação e da cultura que os filhos do Vale deveriam fazer a transformação social<sup>9</sup>.

E quando eu cheguei aqui tudo era novo, né. Vale do Jequitinhonha, Vale da Miséria? **O Vale do**

---

<sup>8</sup> Para Carvalho (2017) o coronelismo num país majoritariamente rural,( anos 40, século XX), foi uma estratégia administrativa de Estado, diz da incapacidade estatal de garantir justiça aos pobres. Outrossim, diz da relação dos pobres com o coronel, modos de autodefesa dos mesmos.

<sup>9</sup> Na abertura do 35º FESTIVALE, junto aos movimentos sociais: indígenas, quilombolas, camponeses e outras organizações da sociedade civil, Tadeu Martins (um dos fundadores do Festival) retoma a luta política do festival. Contrapõe à lógica de Vale da pobreza e da miséria e afirma a necessidade do enfrentamento da política de coronéis e clientelista. A democratização do país implica a formação educacional e cultural sem a qual as transformações sociais não serão realidade.

**Jequitinhonha não era o Vale que eu escutava, e quando eu cheguei aqui e vi aquilo tudo que aqui poderia me proporcionar eu falei eu vou me fincar nessa terra aqui, eu nem tinha terra e falei que iria me fincar nessa terra aqui, e vou dar certo nessa vida.** E graças à Deus eu consegui muita coisa, que eu não conseguiria isso em BH [Belo Horizonte], em Santa Catarina e muito menos, no Espírito Santo. (Monica Ferreira, 22 anos, Artesã, Minas Novas-MG - grifos nossos).

O 35º FESTIVALE contou, pela primeira vez, com um espaço para discussão sobre temas relacionados às mulheres. A proposição e organização realizadas pelo Observatório dos Direitos da Mulher e pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro<sup>10</sup>, denominado “Encontro de Mulheres na Luta”, contou com a participação de cerca de 60 pessoas, representantes de 20 municípios do Vale (Figura 02). A atividade se pautou na relação dialógica, horizontal e equitativa, em círculo e com metodologias que incitavam os participantes a trazerem suas contribuições reflexivas acerca de temas como patriarcado, violência de gênero, divisão sexual de trabalho, arte e cultura, etc. Enquanto os participantes eram estimulados a se manifestarem, por meio de temas provocadores, simultaneamente foi sendo realizada a sistematização, em cartaz ( Figura 03). Foi unânime entre os participantes a importância de espaços de diálogo, para a socialização de experiências, o reconhecimento das dificuldades mútuas e avanços vivenciados em cada realidade.

As demandas sistematizadas reivindicaram: 1) espaço para as crianças (indicado como “Ciranda Festivalinho”) permitindo a participação das mulheres-mães nas atividades do evento; 2) articulação institucional entre as diferentes frentes de trabalho que tem protagonizado a discussão e enfrentamento das violências de gênero como os CRAS, das Redes de Proteção à Mulher, dos grupos de pesquisa e Universidades; 3) o Festivale assumir uma ampla campanha contra o assédio e a violência, incluindo a realização de oficinas temáticas; dentre outros. Cabe registrar e destacar a significativa e importante participação de sujeitos do grupo LGBT, com suas intervenções artísticas, *performance*, fato que contribuiu para a discussão sobre a violência de gênero e os desafios para um evento tradicional vinculado à arte e à cultura popular, ao incorporar esses sujeitos em suas manifestações artísticas.

**Figura 02 – Imagens do Encontro de Mulheres**



Fotos: Lima (2018). Encontro de Mulheres em Luta/ 35 Festivale. Intervenção performática.

<sup>10</sup> Os Observatórios são grupos de pesquisa, ensino e extensão vinculados à UFVJM. A atividade foi registrada na UFVJM como “Roda de conversa no FESTIVALE: questão agrária, gênero, política e movimentos sociais”, ação de extensão número 067.4.141-2018.



Já o Fórum das Mulheres do Vale, locus de mobilização e formação política das mulheres, originou-se da ação de docentes da UFMG, encontra-se em sua VII edição. Em 2018, realizado na cidade de Diamantina (Alto Jequitinhonha), contou com a participação de entidades governamentais: CRAS, Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), Prefeituras Municipais, Universidades e organizações da sociedade civil/ grupos de mulheres, associações, sindicatos, etc. Nele, mulheres, majoritariamente oriundas do Vale do Jequitinhonha, discutiram-se as diretrizes de luta que irão articular, sobretudo, em ano eleitoral. Participaram candidatas à representação política, discutiu-se o golpe político, jurídico e midiático e como as ações do atual governo têm levado a perdas dos direitos sociais conquistados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar nesses espaços de mobilização e formação social permitiu conhecer a diversidade de formas com as quais as entidades e as mulheres vêm construindo outros fazeres. Da organização coletiva e cooperativa, à composição de mesas com diferentes atores sociais, ao intercâmbio de saberes entre gerações e etnias, pudemos perceber como o Vale do Jequitinhonha preservou comunidades tradicionais. A riqueza de seu subsolo e solo gerou modos de sobrevivência e de vida que caracterizam tais coletivos, mas revelam a violência física e simbólica que lhes marcam como feitos desiguais (ARROYO, 2010).

[...] **eu acho que as mulheres fortes, guerreiras, que botam a cara a tapa, que faz valer o vale, não precisa de um homem pra mandar nela, ela pode sair, não precisa se prostituir.** Acho que a mulher hoje é o Vale, é o que mudou o vale, o homem pode até ter ajudado, mas a mulher que fez mais. **O vale é um monte de mulheres que é uma só, o Vale!!!**(Monica Ferreira, Artesã, Minas Novas-MG - grifos nossos).

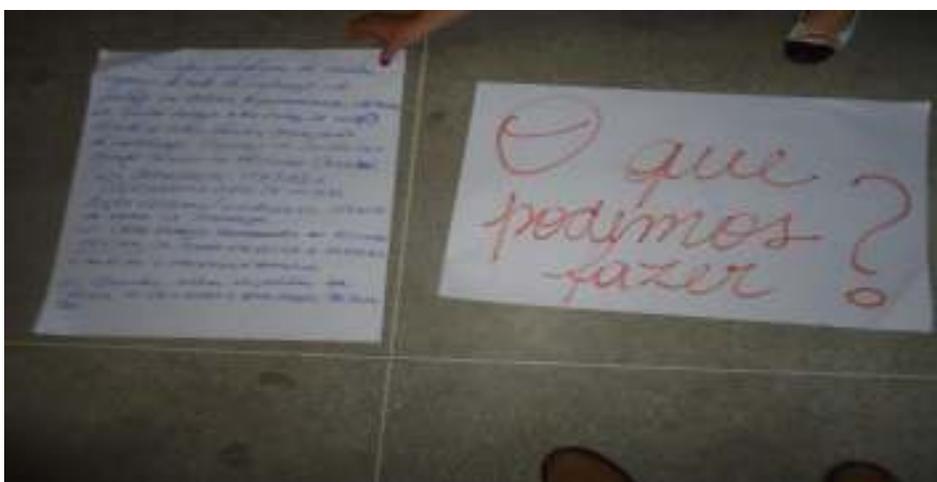
Evidencia-se que há muito a caminhar na mudança da cultura patriarcal, coronelista, clientelista. A imersão feita aponta-nos para a força da educação formal e informal como elemento de empoderamento das mulheres; acessando informações, trocando saberes, comercializando seus produtos, socializam e são socializadas. No artesanato, nas feiras, no FESTIVALE resignificam o papel social da mulher e da produção que elas mantêm como memórias sociais e ascendem ao lugar público e econômico transformando a realidade do Vale e delas próprias. Em suas palavras **“O artesanato virou a vida do vale... deixou de ser o vale da miséria pra ser o vale do artesanato. Todo mundo conhece o artesanato do Vale”** (Monica Ferreira, Artesã, Minas Novas-MG - corte e grifos nossos).

Por via do processo investigativo, constatamos que as políticas públicas garantindo acesso a condições básicas (SUS, SUAS, Infraestrutura, Educação) foram fundamentais para o empoderamento das mulheres, pois possibilitaram a quebra da dependência econômica e social dos companheiros, dos pais, etc. Além disso, a garantia de infraestrutura e a energia elétrica possibilitaram a disponibilidade de tempo, a inserção em espaços sociais antes destinados aos homens. As diversas políticas públicas do período de 2002 a 2015 alteraram o cotidiano social e as significações intersubjetivas dos coletivos das mulheres.

A memória vivida e a comparação entre os tempos sociais nos quais as políticas clientelistas e o coronelismo prevaleciam como senso comum, e o período recente, no qual as políticas públicas sociais foram garantidas e acessadas produziu um outro olhar sobre o Estado e sua função social. Isto as leva a intensificar

a organização coletiva e a fortalecer os dispositivos institucionais e políticos que reafirmam a apropriação das mulheres, sujeitos de direitos, em reivindicar e exigir seus direitos. Percebem que é na ação e nos espaços formativos populares e coletivos que emerge outra forma de exercer o poder que as inscreve em relações cooperativas, horizontalizadas, e, sobretudo, discursivas<sup>11</sup>. Nos seus argumentos:

Qualquer coisa que chega em benefício de alguém é porque tem alguém lutando. E tem alguém correndo atrás. **Então, assim, é preciso fazer muito ainda no processo de formação, porque a gente tem que entender (o direito) O que a gente tem percebido é a força da mulher na luta!!! Porque é processo de luta!** (Tatinha, 39 anos, apanhadora de flores, mestre em química, Diamantina-MG, acréscimos no parênteses e grifos nossos).



**Figura 03 – Encontro de Mulheres em Luta – 35º FESTIVALE.**

Fotos: Lima (2018). Encontro de Mulheres em Luta/ 35 Festivale. Propostas e discussão do coletivo sobre as mulheres e direitos sociais.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. (2010) Política educacional e desigualdades: a procura de novos significados. **Edu. Soc., Campinas**, v. 31, n. 113, out./dez., p. 1381-1416.

BARDIN, L (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

CARVALHO, J. M. (2017). **O pecado original da república**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo.

---

<sup>11</sup> Em 21 de Outubro de 2018, as mulheres e os movimentos sociais manifestaram nas ruas do Brasil, o posicionamento contra o retrocesso político e social representado pela candidatura de Bolsonaro. No “Ele Não” “Ele Nunca” a expressão democrática, a resistência e a luta contra os grupos conservadores religiosos ou não e seus interesses. Luta que deverá ser ainda enfrentada na disputa eleitoral presidencial, em processo no Brasil.



CISNE, M. (2015). **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: EDITORA Outras Expressões.

DEMO, P. (1998). Pesquisa qualitativa: Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, abr., 1998, p. 89-104.

FÁVERO, C.& MONTEIRO, F. T. (2014). Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. **Revista Agriculturas**, v. 11, n. 3, out., p. 07-15.

FEDERECI, S. (20147). **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante. LANE, S. (1989) . **O que é Psicologia Social?** São Paulo. Editora Brasiliense. 16ª edição.

NOBRE, R. et. al. (2017). Mulheres e políticas públicas no Vale do Jequitinhonha. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. **Anais**. Curitiba (PR): UFPR, p. 01-15.

PORTAL POLO JEQUITINHONHA. (2016). **Vale do Jequitinhonha: Belo Horizonte**: UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>> . Acessado em 11 dez. 2016.

SOUZA, J. V. A. (2003). Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. Nota Científica. **Revista Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 5, n. 2, jul./dez., p. 01-21.

RIBEIRO, E. et AL.(2007) . **Feiras do Jequitinhonha: Mercados, Cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semi-Árido de Minas Gerais**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil/Universidade Federal de Lavras.